

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

**CARMEM LUCIA SOARES VIEIRA**

**A RELAÇÃO DO ESTÁGIO EM LÍNGUA PORTUGUESA COM A FORMAÇÃO  
ACADÊMICA DO CURSO DE LETRAS DA UNIPAMPA, CAMPUS JAGUARÃO**

**Jaguarão  
2019**

**CARMEM LUCIA SOARES VIEIRA**

**A RELAÇÃO DO ESTÁGIO EM LÍNGUA PORTUGUESA COM A FORMAÇÃO  
ACADÊMICA DO CURSO DE LETRAS DA UNIPAMPA, CAMPUS JAGUARÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Letras Português/Espanhol e Respectivas Literaturas da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciatura em Letras.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ida Maria Marins

**Jaguarão  
2019**

CARMEM LUCIA SOARES VIEIRA

A relação do estágio em língua portuguesa com a formação acadêmica do curso de Letras da UNIPAMPA, campus Jaguarão

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Letras Português/Espanhol e Respectivas Literaturas da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciatura em Letras.  
Orientadora: Prof.ª Dr.ª Ida Maria Marins

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 12/12/2019

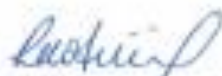
Banca examinadora:



Prof.ª Dr.ª Ida Maria Marins  
(UNIPAMPA)



Prof.ª Dr.ª Aline Neuschrank  
(UNIPAMPA)



Prof.ª Dr.ª Leonor Simioni  
(UNIPAMPA)

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos  
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do  
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

V658r Vieira, Carmem Lucia Soares

A relação do estágio em língua portuguesa com a formação acadêmica do curso de letras da Unipampa, campus Jaguarão / Carmem Lucia Soares Vieira.

41 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade Federal do Pampa, LETRAS PORTUGUÊS/ESPAÑHOL E RESPECTIVAS LITERATURAS, 2019.

"Orientação: Ida Maria Marins".

1. estágio supervisionado. 2. teoria x prática. 3. língua portuguesa. 4. formação docente. I. Título.

Dedico este trabalho a minha família,  
especialmente à minha filha Luíza.

## AGRADECIMENTO

A minha família por me apoiar e estar ao meu lado nos momentos que pensei que não conseguiria concluir o curso.

A minha filha Luiza, por ter sido o motivo maior e minha força durante o tempo da graduação, por quem segui firme para concluir.

Ao meu compadre, que é mais que um amigo, é um anjo na minha vida. Cleber, que sempre me incentivou e disse que o estudo é o bem mais precioso da vida e me ajudou durante este período para que eu pudesse estudar, cuidando de minha filha.

Ao meu pai que mesmo sem estudo e pouco conhecimento escolar sempre me incentivou a estudar e a minha mãe que apesar de não ter convivido comigo torcia por mim, mas infelizmente partiu antes que pudesse ver sua filha realizando esse sonho.

Ao colega e amigo Rafael Schneid, meu parceiro ao longo da graduação e companheiro de noites em claro, estudos e trabalhos, que sempre me ajudou e apoiou muito durante esses anos.

Aos meus queridos amigos Gilberto e Luiza Helena que ao longo da minha graduação, sempre estiveram ao meu lado apoiando e incentivando além de cuidarem da minha filha para que eu pudesse ir para universidade.

Aos amigos, colegas de trabalho, que muito me ouviram falar do quanto estava sendo difícil escrever esse trabalho, que muitas vezes me ouviram dizer que iria desistir, mas que estavam sempre por perto me apoiando, dizendo palavras de superação para que eu não desistisse.

À professora Ida, orientadora do meu TCC, orientadora também do meu estágio de docência, que confiou em mim e não me deixou desistir de concluir este trabalho me ajudando e incentivando até o final.

Aos professores da Unipampa, Campus Jaguarão, por todos os ensinamentos ao longo da graduação.

A todos os colegas de curso desde o primeiro semestre até aqui.

Muito obrigada a cada um que me apoiou e acreditou em mim.

“Conheça todas as teorias, domine todas as técnicas, mas ao tocar uma alma humana, seja apenas outra alma humana.”

(Carl Gustav Jung)

## RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo analisar a prática de estágio supervisionado em Língua Portuguesa, relacionando-a com a formação teórico-prática no curso de Letras (presencial), da Universidade Federal do Pampa/campus Jaguarão. Trata-se de uma pesquisa qualitativa (auto) biográfica de cunho reflexivo. Como metodologia de trabalho, faço uma revisão bibliográfica da legislação e da literatura, na área da educação, que tratam do objeto estágio. Depois, trago um relato/reflexivo sobre minha experiência no estágio supervisionado III de docência, fazendo uma análise da prática desenvolvida e sua relação com a formação teórico/prática do curso de Letras. No primeiro capítulo, faço um apanhado sobre a legislação dos estágios juntamente com uma apresentação das concepções de estágio, feita pelas autoras Pimenta e Lima (2009). No segundo capítulo, apresento as disciplinas presentes no currículo do curso de Letras da Universidade Federal do Pampa (2017) – Campus Jaguarão, especificamente, as áreas de português/linguística, literatura e educação, discutindo suas propostas e a importância que elas têm na formação do futuro professor. No terceiro capítulo, trago minha experiência no estágio supervisionado de docência, discutindo a relação da prática vivenciada com a formação tida nas áreas de língua portuguesa/linguística, literatura e educação ao longo do curso. Para finalizar, trago considerações a partir de minhas reflexões, concluindo que é necessário que o curso de Letras trabalhe as horas teóricas e práticas articuladas desde o início curso, para assegurar uma formação e atividade de estágio mais qualificadas.

Palavras-Chave: estágio supervisionado, teoria x prática, Língua Portuguesa, formação docente.



## RESUMEN

El presente trabajo de finalización de curso tiene como objetivo analizar la práctica de la pasantía supervisada en Lengua Portuguesa, relacionándola con la formación teórico-práctica en el curso de Letras, de la Universidad Federal del Pampa/campus Jaguarão. Se trata de una investigación cualitativa (auto) biográfica de tipo reflexivo. Como metodología de trabajo, hago una revisión bibliográfica de la legislación y de la literatura, en el área de la educación, que tratan del objeto de la pasantía. Luego traigo un relato/reflexivo sobre mi experiencia en la pasantía supervisada III de docencia, haciendo un análisis de la práctica desarrollada y su relación con la formación teórico/práctica del curso de Letras. En el primer capítulo, hago un resumen sobre la legislación de las pasantías junto con una presentación de las concepciones de la pasantía, realizada por las autoras Pimenta y Lima (2009). En el segundo capítulo, presento las disciplinas presentes en el currículo del curso de Letras de la Universidad Federal de Pampa (2017) – Campus Jaguarão, específicamente, las áreas de portugués/lingüística, literatura y educación, discutiendo sus propuestas y la importancia que tienen en la formación del futuro profesor. En el tercer capítulo, traigo mi experiencia en la pasantía supervisada de docencia, discutiendo la relación de la práctica vivida con la formación tomada en las áreas de lengua portuguesa/lingüística, literatura y educación a lo largo del curso. Para concluir, traigo consideraciones a partir de mis reflexiones, concluyendo que es necesario que el curso de Letras trabaje las horas teóricas y prácticas articuladas desde el inicio curso, para garantizar una formación y una actividad de prácticas más calificadas.

Palabras-Clave: pasantía supervisada, teoría x práctica, Lengua Portuguesa, formación docente.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Disciplinas com carga horária total de 60 horas e 04 créditos .....	24
Quadro 2 – Disciplinas com carga horária total de 30 horas e 02 créditos .....	24
Quadro 3 – Disciplinas com carga horária total de 60 horas e 04 créditos .....	25
Quadro 4 – Disciplina com carga horária total de 30 horas e 02 créditos .....	27
Quadro 5 – Disciplinas com carga horária variada .....	27
Quadro 6 – Disciplina com carga horária total de 60 horas e 04 créditos .....	29
Quadro 7 – Disciplina com carga horária total de 90 horas e 06 créditos .....	30

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>1 ESTÁGIO NO BRASIL: UM APANHADO HISTÓRICO</b> .....	14
1.1 CONCEPÇÕES DE ESTÁGIOS E A RELAÇÃO TEORIA X PRÁTICA .....	18
<b>2 CURRÍCULO DO CURSO DE LETRAS E A PROPOSTA DAS ÁREAS DE LÍNGUA PORTUGUESA/LINGUÍSTICA, LITERATURA E EDUCAÇÃO</b> .....	23
2.1 EMENTAS E CARGAS HORÁRIAS DE DISCIPLINAS DO CURSO .....	24
2.1.1 Área de literaturas da língua portuguesa .....	24
2.1.2 Área de língua portuguesa e linguística .....	25
2.1.3 Área pedagógica .....	29
2.2 ALGUMAS ANÁLISES .....	30
<b>3 ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM LÍNGUA PORTUGUESA/LITERATURA: RELATO E REFLEXÕES ACERCA DO SEU DESENVOLVIMENTO</b> .....	33
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	39
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	40

## INTRODUÇÃO

A parte mais importante e mais esperada (ou temida) de um curso de formação de professores é o estágio de docência, em que o estudante passará de aluno para assumir um papel muito importante: o de professor.

O objetivo principal deste trabalho de conclusão de curso (TCC) é o de analisar a relação da prática de estágio supervisionado em língua portuguesa/literatura (Estágio supervisionado III) com a formação teórico-prática na UNIPAMPA, campus Jaguarão. Além disso, tem como objetivos específicos: a) realizar um apanhado histórico do conceito e concepções de estágio supervisionado em licenciatura; b) discutir a proposta das áreas de língua portuguesa/linguística; literatura e educação do curso de Letras, campus Jaguarão; e c) relatar e refletir sobre a prática em estágio supervisionado em língua portuguesa.

Depois de minha experiência no estágio supervisionado III, passei a refletir sobre o que poderia ter sido diferente na minha atuação, bem como o que poderia ter feito a diferença ao longo da formação para que eu chegasse no estágio melhor preparada para encarar aquele desafio. Tal discussão se dá principalmente por conta do fato de termos que trabalhar no estágio a teoria e a prática indissociáveis, ou seja, de forma única, sem separá-las, visto que a prática precisa de uma teoria para ter sentido. No entanto, há um sentimento de que ao longo da formação não há um trabalho mais focado para que o aluno saiba lidar com essa relação teoria e prática quando chega ao estágio.

Para discutir essa problemática, realizo uma pesquisa qualitativa, (auto) biográfica de cunho reflexivo. O trabalho será dividido em três partes, buscando em cada uma delas apresentar reflexões sobre os momentos de uma formação inicial de licenciatura visando a prática de estágio. No primeiro capítulo, serão apresentadas as principais legislações que regem o funcionamento do estágio supervisionado no Brasil, desde sua instituição até os dias atuais, bem como será apresentado o conceito e concepção de estágio através das autoras Selma Garrido Pimenta e Maria Socorro Lucena Lima (2009). Para complementar, trago o autor Maurice Tardif (2011), que vai ao encontro do pensamento dessas autoras.

Para dar continuidade, no segundo capítulo, serão apresentadas e discutidas as disciplinas presentes no currículo do curso de Letras da Universidade Federal do Pampa (2017) – Campus Jaguarão, especificamente, as áreas de português/linguística, literatura e educação, a fim de discutir sobre suas propostas e a importância que elas têm na formação do futuro professor. Após essa discussão, no terceiro capítulo, trago o relato de minha experiência no estágio supervisionado III, juntamente com uma análise sobre a contribuição

das áreas citadas para a atuação do estagiário. Finalmente, apresento considerações do estudo realizado.

## 1 ESTÁGIO NO BRASIL: APANHADO HISTÓRICO

É de suma importância que o estudante, em formação inicial, tenha contato com atividades práticas na sua formação, pois através delas, poderá adquirir conhecimentos de como se dará o trabalho a ser desenvolvido na sua profissão. Por conta disso, foi instituído o estágio, que contempla uma parceria entre as instituições de formação: universidades, institutos técnicos, faculdades e as partes concedentes do estágio: empresas, escolas, secretarias, entre outras instituições.

O estágio curricular supervisionado é um componente dos cursos superiores de formação, o qual prevê a relação entre a teoria aprendida nas instituições de ensino superior e a prática vivenciada nos locais de aplicação.

O estágio foi oficialmente instituído no Brasil com a Portaria nº 1002, de 29 de setembro de 1967, pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social devido à necessidade de disponibilizar uma relação entre as instituições de ensino e as empresas, buscando um aperfeiçoamento dos alunos em sua formação inicial. Com isso, foi instituída, nas empresas, a categoria de estagiários, as quais poderiam contratá-los numa parceria com escolas de formação superior ou técnica para que os estagiários pudessem desenvolver seu trabalho como aprimoramento dos conhecimentos já apreendidos.

De acordo com a referida Portaria, as empresas contratantes aceitariam em suas dependências, estagiários oriundos das faculdades de ensino superior, bem como de escolas técnicas através de “contratos-padrão”, que exigiam dados, como: duração do estágio, horário, objeto de trabalho, valor da bolsa recebida pelo estudante, e cláusula com seguro de acidentes oferecido pela empresa contratante. Além disso, o estágio, apesar de remunerado através de bolsa, não dava ao estagiário vínculo empregatício junto à empresa atuante.

Levando-se em consideração a Portaria nº 1002, de 1972, que menciona a relação empresa-instituição de ensino, entende-se que esses estágios eram vistos como um campo de trabalho em que as empresas visavam ter, através desses estagiários, mão de obra mais barata para desenvolver seus serviços. Tanto que os estágios eram realizados nas empresas, exclusivamente, descartando a ideia de estágio em escolas de educação básica com a finalidade de formação em licenciatura.

Somente com a Lei nº 6494, de 07 de dezembro de 1977, que dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimento de ensino superior e ensino profissionalizante do 2º grau e supletivo, é que a formação dos alunos passou a ser priorizada em detrimento do interesse em obter mão de obra barata para atuar nas empresas. O foco do estágio passa a ser o

de dar aos estudantes a oportunidade de adquirirem conhecimentos práticos sobre o que aprenderam nos cursos de formação. A referida Lei trouxe importantes mudanças em relação aos estágios, principalmente, em relação aos campos concedentes, em que passaram a fazer parte, também, pessoas jurídicas do Direito, órgãos da administração pública e as instituições de ensino, incluindo os cursos de formação de nível superior para professores da educação básica.

Outro fator de mudança importante que se deu através da Lei nº 6494/77 foi o fato de que as unidades concedentes passaram a ter que oferecer condições adequadas para que o estudante/estagiário pudesse obter experiência prática no seu campo de formação profissional. Além disso, o acordo entre estagiário e instituição concedente passou a ser feito através de “termos de compromisso”, substituindo os chamados “contratos-padrão”.

Essa lei, no entanto, foi regulamentada somente cinco anos depois, pelo Decreto 87.497 de 18 de agosto de 1982. Em 1994, foi alterada através da Lei nº 8859/94, que garantiu, aos alunos de ensino especial, o direito à participação em atividades de estágio e, em 2008, foi revogada pela Lei em vigência, a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

A Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6o da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Em seu texto, a Lei traz importantes considerações acerca do estágio, e esse passa a ser inserido como um componente curricular obrigatório. Dentre as considerações, temos as definições e as obrigações de cada parte: instituição, estagiário e parte concedente.

Como definição de estágio, a lei diz que:

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

§ 1º O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.

§ 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho (BRASIL, 2008).

Sendo assim, o estágio para os cursos de licenciatura é o momento da formação que possibilitará ao aluno trabalhar os conhecimentos adquiridos ao longo do curso, visando o desenvolvimento de suas habilidades profissionais e sociais perante o espaço escolar. Portanto, atuar no estágio significa desenvolver na prática aquilo que foi aprendido ao longo da formação.

No capítulo II, art. 7, a Lei nº 11.788 traz as obrigações que cabem às instituições de ensino quanto aos estágios, citando entre elas: a) celebrar o termo de compromisso, que deve ser assinado pelo aluno e pela parte concedente; b) avaliar as instalações do local em que será realizado o estágio, verificando se apresentam condições adequadas à formação cultural e profissional do aluno; c) disponibilizar um professor orientador para fazer o acompanhamento do aluno ao longo do estágio e, d) avaliar as atividades desenvolvidas.

Em seguida, no capítulo III, em seu artigo 9º, são apresentadas as obrigações do campo concedente, ou seja, local onde o estágio será realizado. Entre elas, a unidade deverá oferecer ao estagiário: a) garantir instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural; e, b) disponibilizar um professor para orientar e supervisionar o aluno, oferecendo uma turma para o desenvolvimento do trabalho.

Ainda, a Lei cita, conforme consta no art. 2, a possibilidade de haver o estágio não obrigatório e o obrigatório. O que irá determinar a obrigatoriedade ou não dessa atividade serão as diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), que no caso do curso de formação de professores é obrigatório. O art. 2, inciso 1º diz que “o estágio obrigatório é aquele definido como tal no Projeto Pedagógico de Curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma” (Brasil, 2008). Essa carga horária obrigatória será decidida em comum acordo entre as partes, não podendo ultrapassar seis horas diárias e 30 semanas (conforme a lei) e a duração do estágio não poderá ultrapassar dois anos.

A atual Resolução nº 2 de 1º de Julho de 2015, que define as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial em nível superior dos cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura, apresenta, no seu texto, como devem ser os caminhos para essa formação: princípios, fundamentos, a dinâmica formativa e procedimentos a serem adotados ao longo dos cursos.

No Capítulo V, Art.13, a referida Resolução traz a estrutura curricular necessária para um curso de formação inicial para a docência de nível superior, que se constitui da seguinte maneira



§ 1º Os cursos de que trata o caput terão, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, em cursos com duração de, no mínimo, 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos, compreendendo:

I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo;

II - 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição;

III - pelo menos 2.200 (duas mil e duzentas) horas dedicadas às atividades formativas estruturadas pelos núcleos definidos nos incisos I e II do artigo 12 desta Resolução, conforme o projeto de curso da instituição;

IV - 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, conforme núcleo definido no inciso III do artigo 12 desta Resolução, por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, consoante o projeto de curso da instituição (BRASIL, 2008).

É preciso que as instituições de ensino ofereçam uma formação inicial de qualidade, seguindo a estrutura curricular mínima obrigatória, a fim de fornecer elementos suficientes para o aluno desenvolver os conhecimentos e habilidades necessários para a docência. Conforme consta no parágrafo I, do inciso 1º, por exemplo, os cursos de formação devem apresentar em seu currículo, 400 horas de prática como componente curricular (PCC) distribuídas ao longo do curso para que possa introduzir o discente em atividades de cunho prático, voltadas a sua futura profissão. Isso é revelador da importância dada às experiências da docência ao longo do curso, implicadas aí atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão. Nesse processo, o discente terá a oportunidade de relacionar teoria à prática e vice versa, e é por isso a importância de haver uma relação concomitante entre ambas ao longo da formação.

Além das práticas como componente curricular, a Resolução atenta para a carga horária mínima de estágio supervisionado, devendo ser cumpridas 400 horas de prática. Essas horas servirão para que o aluno, inserido na realidade de uma sala de aula, possa colocar em prática as teorias aprendidas ao longo do curso de formação, buscando aperfeiçoamento e conhecimento dos espaços relacionados à educação, formadores de reflexão para sua docência futura.

Conforme os incisos 1º e 2º do artigo 2 da Resolução de 2015, compreende-se a docência como ação educativa e como processo pedagógico intencional e metódico, que envolvem os conhecimentos, princípios e objetivos formativos de opinião e reflexão. Além disso, o curso de formação deve oferecer uma formação sólida que envolva domínio e manuseio de teoria e prática que contribuam para o crescimento e desenvolvimento profissional.

Vale destacar, conforme citação abaixo, a relevância dada à articulação entre os estudos teóricos e práticos, para qualificar a formação dos professores

Art. 10. A formação inicial destina-se àqueles que pretendem exercer o magistério da educação básica em suas etapas e modalidades de educação e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos, compreendendo a articulação entre estudos teórico-práticos, investigação e reflexão crítica, aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino (BRASIL, 2015).

Mas as perguntas que surgem são: Será que o aluno em formação inicial consegue desenvolver a capacidade de articulação da teoria com a prática ao longo do curso? Será que a universidade oferece, de maneira eficiente, condições para que o discente se aproprie desse fundamento? No livro *Estágio e docência*, no capítulo *Estágio como campo de conhecimento*, as autoras Selma Garrido Pimenta e Maria Socorro Lucena Lima (2009) abordam o tema da relação estágio e docência e discutem sobre a formação inicial de professores, trazendo a relação entre teoria e prática. Para as autoras, a teoria e a prática são indissociáveis, ou seja, são campos do conhecimento inseparáveis e que ao separá-los, os estágios, se tornam fracos de conhecimentos a oferecer.

## 1.1 CONCEPÇÕES DE ESTÁGIOS E A RELAÇÃO TEORIA X PRÁTICA

Segundo Pimenta e Lima (2009), é importante considerar o estágio como um espaço para adquirir conhecimento, ou seja, não o vendo apenas como ato de colocar em prática a teoria que foi vista ao longo da formação, mas algo além, ou seja, além de praticar, continuar aprendendo no contato com a realidade que está sendo vivenciada.

O estágio nos cursos de formação para professores muitas vezes é visto como algo aterrorizante por aqueles alunos que não tiveram uma prévia experiência como, por exemplo, um curso de magistério ou participação em projetos de pesquisas e ou extensão ao longo do curso. Esse medo se dá pelo fato de que, ao iniciar a formação inicial, o aluno cria expectativas de que ao longo do curso irá ter aulas práticas que o auxiliarão no momento de encarar o estágio. Porém, não é bem o que acontece, levando o aluno em formação a ter pensamentos como “na prática a teoria é outra” ou ainda “a teoria se aprende na prática”.

Para Pimenta e Lima (2009), em algumas instituições, o que ocorre é uma falta de reflexão acerca da relação teoria e prática. É ensinado ao futuro professor saberes disciplinares sobre determinadas disciplinas que compõem o currículo, dissociados das atividades práticas que eles irão enfrentar em sala de aula, causando temor em alunos que irão

encarar o estágio. Por mais que a teoria e a prática, em um estágio supervisionado, estejam conectadas, é durante o curso de formação que essa conexão deve ser trabalhada, visando o desenvolvimento da capacidade de pensar e agir do aluno ao chegar à sala de aula.

Ainda, segundo as autoras, quando o aluno diz que na “prática a teoria é outra”, mostra que, ao longo de sua formação, não foi possível atingir o objetivo de conseguir fazer essa reflexão da teoria aplicada na prática, já que a prática e a teoria são indissociáveis. Pois o que se espera de um curso de formação é que a teoria seja dada de maneira que o aluno consiga identificá-la ao executar uma tarefa, ou seja, a ação realizada no estágio precisa ter um embasamento teórico para fazer sentido. E é exatamente esse o problema que ocorre em vários cursos de formação: o aluno ao chegar ao estágio se depara com um choque de realidade, sem saber associar a sua prática à teoria que foi ensinada/aprendida na sua formação.

No capítulo *O estágio como campo de conhecimento – Concepções de estágio*, as autoras trazem uma concepção de estágio analisando-o por diferentes enfoques, levando em conta a formação inicial, bem como o campo social de aplicação do estágio. Segundo as autoras, se ouve que o estágio tem de ser teórico-prático, isso é, usa-se da teoria para aplicar na prática, sem separar um campo do outro. Além disso, trabalham o estágio através do conceito de práxis – que significa o estágio ser uma atividade investigativa, um momento de reflexão para todos os envolvidos, seja a universidade, a escola ou a sociedade.

Para entender melhor sobre as concepções de estágio apresentadas por Pimenta e Lima (2009), é preciso antes entender o conceito de teoria e prática, para que se possa refletir sobre a sua importância durante o período de formação e logo após o momento do estágio.

Segundo o dicionário Michaelis (1998, p. 2043) a palavra teoria, substantivo feminino, é:

1 Conjunto de princípios, regras ou leis, aplicados a uma área específica, ou mais geralmente a uma arte ou ciência.

2 Sistema ou doutrina que resultam desses princípios, regras ou leis.

3 Conhecimento especulativo, de caráter hipotético e sintético: “A teoria do historiador Radiznski poderá ser comprovada um dia, mas a verdade é que, no contexto da situação soviética e mundial, a liderança de Stalin já estava exausta [...]” (CA).

4 FILOS Conhecimento abstrato que se limita à exposição de caráter meramente especulativo, voltado para a contemplação da realidade, em oposição à prática e ao saber técnico

5 FILOS Conjunto de conhecimentos sistematizados que se fundamentam em observações empíricas e em estudos racionais e que, ao formular leis e categorias gerais, possibilitam classificar, ordenar e interpretar os fatos e as realidades da natureza

Ao que se refere a palavra prática, o dicionário Michaelis (1998, p. 1680) diz que é:

- 1 Ato ou efeito de praticar.
- 2 Realização de qualquer ideia ou projeto.
- 3 Aplicação das regras ou dos princípios de uma arte ou ciência.
- 4 Exercício de qualquer ocupação ou profissão.
- 5 Execução repetida de um trabalho ou exercício sistemático com o fim de adquirir destreza ou proficiência: A prática leva à perfeição.

Assim sendo, teoria diz respeito a conceitos e conjuntos de conhecimentos, enquanto prática é uma ação, em que se aplica algo que foi aprendido. Uma palavra tem ligação com a outra, principalmente quando dizemos que em um estágio de formação, a teoria e a prática estão ligadas.

As autoras apresentam diferentes abordagens do estágio: a primeira é a *prática como imitação de modelos*, em que a profissão de professor é um exercício prático e através da imitação e observação se aprende a praticar. Nesse caso, a imitação se dá limitada, e o aluno aprende por meio da imitação como é ser professor e aplica. Muitas vezes repassa em seus estágios formas de ensinar aprendidas nos cursos de formação ou até mesmo aprendidas ao observar seus próprios professores ou outros professores. O que seria bom se não fosse o fato de cada ambiente ser diferente um do outro devendo, assim, levar em consideração o contexto e campo em que o aluno está inserido.

O ato de imitar, considerando a prática e a teoria separadas, faz o professor em formação não ter preocupação em articular a prática a uma teoria desenvolvida durante o curso, a qual serviria para reflexão e análise, fazendo-o apenas imitar a partir do que aprendeu. E muitas vezes o aluno que está realizando a prática não é capaz de identificar esses detalhes em diferenciar e saber o que aplicar em cada espaço de ensino, nem de que forma aplicar aquilo que aprendeu.

A outra abordagem trazida pelas autoras é a chamada *prática como instrumentalização técnica*, que traz o conceito de que “o exercício de qualquer profissão é técnico no sentido de que é necessária a utilização de técnicas para executar as operações e ações próprias” (PIMENTA; LIMA, 2009, p. 37), ou seja, o exercício do professor ser técnico é no sentido de que ele tem um saber técnico, um saber teórico. As técnicas são os meios pelos quais a teoria será trabalhada, não podem ser empregadas de maneira imprópria; o aluno, ao aplicar as técnicas, precisa pensar sobre elas, não apenas praticar e empregar qualquer técnica. A teoria é o conhecimento técnico adquirido ao longo do curso e aplicado no estágio.

Pimenta e Lima (2009) defendem que o estágio é teoria e prática, associadas, e não teoria ou prática, não sendo possível, portanto, separar uma da outra, principalmente durante o curso de formação, devendo levar em conta que a atividade docente é ao mesmo tempo ação/reflexão/ação. A utilização da prática sem sentido, bem como o uso de técnicas sem refletir sobre seu uso, “pode gerar a ilusão de que há uma prática sem teoria ou uma teoria desvinculada da prática” (PIMENTA; LIMA, 2009, p. 37).

Segundo as autoras, a profissão de professor é uma prática social e o estágio é uma atividade instrumentalizada, pela qual o aluno vai mostrar o quanto está apto para exercer a docência. E saber como trabalhar essa atividade, articulando teoria e prática é um problema enfrentado pelos discentes nos cursos de formação, pois o aluno algumas vezes pode ter o conhecimento, mas não é capaz de saber como ensinar.

Com o intuito de superar a visão de que se aprende a teoria e depois parte para a prática, Pimenta e Lima (2009) apresentam duas perspectivas possíveis para mudar essa dicotomia: o estágio como aproximação da realidade e atividade teórica e o estágio como pesquisa e a pesquisa no estágio.

Na primeira perspectiva, as autoras defendem o estágio como uma *aproximação da realidade* e apontam uma redefinição dos estágios, que caminhe para a reflexão a partir da realidade, concluindo que o estágio é uma atividade teórica e não prática, ao considerar que o professor faz uma reflexão do conhecimento adquirido ao longo da formação ao se utilizar da teoria. Na segunda perspectiva, elas apontam que o estágio pode ser realizado em forma de pesquisa, trazendo a ideia do professor reflexivo e professor pesquisador, aquele que pensa e valoriza os saberes docentes e começa a olhar suas próprias ações. A ideia de estágio aqui passa a ser o momento de estudo. Ao utilizar a teoria para instrumentalizar uma prática, o aluno está sendo teórico e está fazendo, portanto, uma reflexão para aplicar na prática o que foi visto na teoria.

A partir dessa segunda perspectiva, Pimenta e Lima trazem a concepção de *professor reflexivo*, criada por Donald Schon, o qual afirma que “a formação dos professores não mais se dê nos moldes de um currículo normativo” (SCHON apud PIMENTA; LIMA, 2009, p. 48), que traz primeiro a teoria e depois a prática, pois isso faz com que o aluno não seja capaz de refletir sobre o que está sendo introduzido pelo curso. O ideal, segundo Schon, e que as autoras apresentam, é que se tenha uma formação baseada na “valorização da prática profissional como momento de construção do conhecimento por meio de reflexão, análise e problematização dessa prática [...]” (SCHON apud PIMENTA; LIMA, 2009, p. 48). Com

isso, compreende-se ainda mais o argumento trazido pelas autoras de que a prática e a teoria são inseparáveis.

Tais fatos ficam mais evidentes no livro do escritor Maurice Tardif (2011), que vai justamente ao encontro dessa não separação da prática e teoria e traz o conceito de professor reflexivo para os cursos de formação. Em seu livro *Saberes Docentes e a formação profissional* (2011), Tardif faz uma análise sobre a formação e os saberes do professor justamente levando em consideração o saber do professor, informando que esse deve basear suas ações desenvolvidas nas aulas práticas com o conhecimento teórico adquirido ao longo do curso de formação. Com isso, ele apresenta, na segunda parte do livro, duas vertentes que envolvem os *professores enquanto sujeitos do conhecimento*: a do professor como sujeito do conhecimento e possuidor de saber próprio para sua área de atuação, e a segunda em que fala que a prática não é só um espaço de aplicação da teoria (estágio), mas é também um espaço de produção de saberes.

Tardif (2011), ao abordar a questão de conhecimentos e saberes dos professores com base no trabalho, fala da subjetividade desses professores uma vez que utilizam e produzem saberes próprios do seu trabalho. Para isso, ele trabalha a questão da subjetividade e suas concepções e, em seguida, traz uma relação entre teoria e prática e, por fim, as consequências sobre a formação profissional. Ao falar sobre a relação teoria e prática, Tardif (2011) mostra que a prática não é somente um espaço de aplicação de teoria, mas também um espaço de produção, pois o professor estará ao mesmo tempo produzindo novos ensinamentos partindo de seus entendimentos, o que torna a prática, na percepção de Tardif, algo unificado, assim como Pimenta e Lima (2009) abordam em seu livro.

Retomando uma das perguntas iniciais deste trabalho, a saber: Será que a universidade oferece, de maneira eficiente, condições para que o discente se aproprie da relação teoria x prática ao longo do curso?, é que apresentamos, na tentativa de respondê-la, o capítulo a seguir, que busca compreender como o curso de Licenciatura em Letras Português, Espanhol e respectivas literaturas, da Universidade Federal do Pampa, campus Jaguarão/RS pensa o seu currículo e propõe disciplinas que articulem teoria e prática.

## **2 CURRÍCULO DO CURSO DE LETRAS E A PROPOSTA DAS ÁREAS DE LÍNGUA PORTUGUESA/LINGUÍSTICA, LITERATURA E EDUCAÇÃO.**

Neste capítulo será abordada e discutida a proposta das áreas de língua portuguesa/linguística, literatura e educação do curso de Licenciatura em Letras Português, Espanhol e respectivas literaturas da Universidade Federal do Pampa – Campus Jaguarão, constantes no Projeto Pedagógico de Curso (2017). A escolha em discutir as áreas citadas dá-se pelo interesse, nesse trabalho, de colocar em pauta a atividade de estágio obrigatório em língua portuguesa/literatura e analisar em que medida os componentes dessas áreas, com sua carga horária teórica e prática, contribuem na preparação do discente para atuar no estágio.

A Universidade Federal do Pampa é uma instituição com oferta de curso de educação superior pública, localizada no Rio Grande do Sul. O campus Jaguarão, situado na fronteira com o Uruguai, oferece os cursos de licenciatura, bacharelado e tecnólogo, nos cursos de Letras, História, Pedagogia, Turismo e Produção e Política Cultural. Cada curso apresenta um Projeto Pedagógico que orienta como será a sua organização. Nesse documento estão os fundamentos da gestão acadêmica, pedagógica e administrativa e os princípios educacionais. Além disso, deve conter em seu texto elementos como os objetivos do curso bem como sua operacionalização, contendo carga horária, duração, concepção e composição das atividades.

O PPC de Letras da Unipampa/Jaguarão foi instituído em 2007, tendo sido revisado em 2008, 2010 e depois em 2017 – versão atual. No perfil do egresso, o PPC diz que o discente poderá atuar em escolas, cursos, atividades de pesquisa, tradução, serviços de revisão e consultoria, entre outros. Isso porque a universidade busca a formação de profissionais competentes, com consciência de seu espaço perante a sociedade e capazes de lidar com as linguagens de forma crítica. Além disso, o curso de Letras, segundo o PCC, trabalha para que seus egressos desenvolvam competências e habilidades, dentre elas: criticidade em relação à linguagem, criticidade em relação às perspectivas teóricas vistas ao longo de sua formação e domínio dos métodos e técnicas pedagógicas que possam aperfeiçoar seus conhecimentos.

O processo para aquisição dessas competências e habilidades se dá através de atividades que incluem “estudos linguísticos e literários, práticas profissionalizantes, estudos complementares, estágios, monitorias, seminários, congressos, projetos de pesquisa, de extensão e docência.” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, 2017, p. 10), cuidando para que o aluno tenha contato com a parte prática do curso.

O curso de Letras oferta disciplinas com carga horária teórica e prática ao longo da formação, porém não da melhor forma, visto os estudantes, muitas vezes, temerem quando

precisam atuar em atividade prática, e o estágio é um exemplo. Para entender melhor de que maneira são trabalhadas as horas teóricas e práticas, será apresentada e discutida a proposta de algumas disciplinas do curso.

## 2.1 EMENTAS E CARGAS HORÁRIAS DE DISCIPLINAS DO CURSO

Conforme o PPC, o currículo do curso é dividido em quatro áreas: área da língua espanhola, área de língua portuguesa e linguística, área de literaturas de língua portuguesa e espanhola e área pedagógica. As áreas que iremos discutir neste trabalho são as de língua portuguesa/linguística; de literatura de língua portuguesa e a área pedagógica, as quais preparam para os estágios, principalmente o estágio III: língua portuguesa e literatura, objeto dessa discussão.

### 2.1.1 Área de literaturas da língua portuguesa

Quadro 1 – Disciplinas com carga horária total de 60 horas e 04 créditos

<b>INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS LITERÁRIOS</b>	
Natureza da CH	Prática (2cr) Teórica (2cr)
Ementa: Discussão de tópicos da teoria da leitura e da teoria da literatura, com a problematização das práticas de leitura em sala de aula. Formação do gosto e ampliação do repertório de leitura literária. O texto literário em relação a outros sistemas artísticos	
<b>TEORIA DA LITERATURA I</b>	
Natureza da CH	Teórica (3cr) Prática (1cr)
Ementa: Reflexão sobre a natureza, a função e conceituações de literatura. Desenvolvimento de leituras crítica de textos literários a partir da introdução da teoria dos gêneros e das categorias poéticas do texto literário.	
<b>TEORIA DA LITERATURA II</b>	
Natureza da CH	Teórica (3cr) Prática (1cr)
Ementa: Conhecimento dos pressupostos das principais orientações teóricas no âmbito dos estudos da literatura ao longo do século XX, privilegiando as orientações pós-estruturalistas.	
<b>LITERATURA BRASILEIRA</b>	
Natureza da CH	Teórico (2cr) Prático (2cr)
Ementa: Desenvolvimento de uma visão diacrônica do processo de fundação e renovação da literatura brasileira, com ênfase na contemporaneidade.	

Fonte: Universidade Federal do Pampa (2017)

Quadro 2 – Disciplinas com carga horária total de 30 horas e 02 créditos

<b>LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA I</b>
---



Natureza da CH	Teórica (1cr) Prática (1cr)
Ementa: Estudo da literatura portuguesa e sua relação com a literatura brasileira, a partir da leitura de textos literários e fundamentos teóricos-críticos. A seleção de textos literários privilegia a lírica, o teatro e a narrativa da literatura portuguesa do Trovadorismo ao Arcadismo.	

<b>LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA II</b>	
Natureza da CH	Teórico (1cr) Prática (1cr)
Ementa: Estudo da produção literária em língua portuguesa do Romantismo ao Modernismo, a partir de uma perspectiva comparatista, privilegiando os estudos sobre colonialismo e a formação da literatura brasileira.	

<b>LITERATURAS DE LÍNGUA PORTUGUESA III</b>	
Natureza da CH	Teórico (1cr) Prática (1cr)
Ementa: Estudo de tópicos relevantes das práticas literárias contemporâneas em Portugal, Brasil e países africanos de língua portuguesa, a partir de uma perspectiva comparatista, avaliando o papel do exílio e da imigração na caracterização da identidade portuguesa, brasileira e africana.	

Fonte: Universidade Federal do Pampa (2017)

As disciplinas da área de literatura trabalham teorias da leitura e da literatura, estudos de produções literárias buscando oferecer condições para que o aluno adquira pensamento crítico e reflexivo. No entanto, ainda que tenham carga horária prática, não há uma disciplina da área da literatura voltada diretamente para o ensino, abordando como ensinar literatura na escola. O que ocorre é um ensino voltado para questões da teoria literária, em que o aluno trabalha com textos e aprende a fazer análises, refletindo sobre os temas trabalhados, sem que ocorra uma prática de fato voltada para que o aluno saiba de que maneira trabalhar essas teorias e conhecimentos adquiridos da literatura em uma sala de aula.

### 2.1.2 Área de língua portuguesa e linguística

Quadro 3 – Disciplinas com carga horária total de 60 horas e 04 créditos

<b>INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS LINGÜÍSTICOS</b>	
Natureza da CH	Teórica (4cr)
Ementa: Visão geral dos fenômenos da linguagem e de seus métodos de investigação científica. Linguística-conceito, objeto, método, evolução, relações com outras áreas do conhecimento. Principais escolas do pensamento linguístico e seus conceitos básicos.	

<b>PRÁTICA DE LINGUAGEM I</b>	
Natureza da CH	Prática (4cr)
Ementa: Introdução às práticas discursivas: ler, compreender, escrever, avaliar, revisar e reescrever.	

<b>PRÁTICA DE LINGUAGEM II</b>	
Natureza da CH	Prática (4cr)
Ementa: Desenvolvimento de práticas discursivas: ler, compreender, escrever, avaliar, revisar e reescrever.	

<b>PSICOLINGÜÍSTICA</b>	
Natureza da CH	Teórica (4cr)
Ementa: Estudos dos modelos e teorias da aquisição, desenvolvimento, processamento e uso da linguagem oral e escrita. Relação pensamento/linguagem. Apropriação e processamento da leitura e escrita. Contribuições da Psicolinguística Experimental, da Neurociência cognitiva e da Neurolinguística para a compreensão dos transtornos de leitura/escrita. Considerações psicopedagógicas sobre os efeitos das teorias de Piaget/Vigotsky no processo de aprendizagem	

<b>FONÉTICA E FONOLOGIA DO PORTUGUÊS</b>	
Natureza da CH	Teórica (3cr) Prática (1cr)
Ementa: Noções básicas de fonética e fonologia: Sistema fonológico do português brasileiro. Fonética, fonologia e ensino.	

<b>TEORIAS LINGÜÍSTICAS I</b>	
Natureza da CH	Teórica (4cr)
Ementa: Teorias da Enunciação: principais autores, conceitos básicos, convergências e divergências. Jakobson, Benveniste e Bakhtin. Breve percurso pelas teorias semânticas e pragmáticas.	

<b>MORFOSSINTAXE DO PORTUGUÊS I</b>	
Natureza da CH	Teórica (3cr) Prática (1cr)
Ementa: Conceitos básicos da morfologia. A relação da sintaxe e da morfologia. Estrutura, formação e classificação morfosintática das palavras.	

<b>MORFOSSINTAXE DO PORTUGUÊS II</b>	
Natureza da CH	Teórica (3cr) Prática (1cr)
Ementa: Estrutura e funcionamento da Língua Portuguesa: Análise tradicional e descritiva do período simples.	

<b>MORFOSSINTAXE DO PORTUGUÊS III</b>	
Natureza da CH	Teórica (3cr) Prática (1cr)
Ementa: Estrutura sintática da Língua Portuguesa. Análise tradicional e regência descritiva do período composto.	

<b>LINGÜÍSTICA APLICADA AO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA I</b>	
Natureza da CH	Teórica (2cr) Prática (2cr)
Ementa: Introdução à história e aos fundamentos da linguística aplicada. As relações que se estabelecem entre as teorias e as práticas de ensino da língua portuguesa, refletindo sobre o papel do professor nesse entremeio e suas possibilidades de trabalho.	

<b>LINGÜÍSTICA APLICADA AO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA II</b>	
Natureza da CH	Teórica (2cr) Prática (2cr)
Ementa: Reflexão crítica sobre as metodologias de ensino do Português. Análise de	

material didático circulante no país e desenvolvimento de práticas inovadoras para o ensino da língua no nível fundamental e médio.

<b>SOCIOLINGÜÍSTICA</b>	
Natureza da CH	Teórica (2cr) Prática (2cr)
Ementa: Análise da língua no contexto social. Variação e mudança linguística.	

<b>PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA</b>	
Natureza da CH	Teórica (4cr)
Ementa: Pressupostos teóricos sobre o ensino de línguas estrangeiras e teorias de aprendizagem e aquisição de segunda língua e língua estrangeira. Introdução aos estudos de Educação Bilíngue e de comunicação intercultural. Diferentes abordagens de ensino e seus princípios conceituais, particularmente a abordagem comunicativa. Fundamentos para o ensino de Língua Portuguesa como língua estrangeira: constituição de uma metodologia de ensino. Português Língua Estrangeira para falantes de línguas de origem latina e não latina. Reflexão crítica sobre abordagens, metodologia de ensino e avaliação em LE.	

<b>LIBRAS</b>	
Natureza da CH	Teórica (1cr) Prática (1cr)
Ementa: Cultura e identidade surda. Perspectiva, identidade bilíngue e inclusão social do surdo. Processos de ensino e aprendizagem do surdo. Uma visão panorâmica dos estudos das línguas de sinais e a língua brasileira de sinais: fonologia, morfologia, sintaxe, semântica e pragmática. Noções e aprendizado básico das LIBRAS.	

Fonte: Universidade Federal do Pampa (2017)

Quadro 4 – Disciplina com carga horária total de 30 horas e 02 créditos

<b>TEORIAS LINGÜÍSTICAS II</b>	
Natureza da CH	Teórica (2cr)
Ementa: As teorias da enunciação: principais autores, conceitos básicos, convergências e divergências; Análise do discurso: conceitos fundantes; a teoria do texto – trajetória, temas e princípios analíticos.	

Fonte: Universidade Federal do Pampa (2017)

Quadro 5 – Disciplinas com carga horária variada

<b>ESTÁGIO I: LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA</b>	
Natureza da CH	Prática (3cr) / 45 horas
Ementa: No âmbito do ensino, o discente deverá observar as práticas de sala de aula ao que se refere ao trabalho com a língua portuguesa e/ou com o texto literário, bem como entrevistar a coordenação pedagógica, professor e alunos sobre seus hábitos e gostos de leitura, de lazer e de entretenimento cotidiano.	

<b>ESTÁGIO III: LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA</b>	
Natureza da CH	Prática (9cr) / 135 horas
Ementa: Prática de ensino nas escolas de Ensino Fundamental e Médio ou vivência docente do ensino de língua e/ou literatura em modalidades alternativas de ensino, tais	

como cursos de formação de leitor.

Fonte: Universidade Federal do Pampa (2017)

Disciplinas como Introdução aos estudos linguísticos, Psicolinguística, Teorias linguísticas I e II e Português como língua estrangeira são, exclusivamente, teóricas, trazendo teorias e conceitos relacionados à linguagem, seus fenômenos, métodos de investigação, teorias de modelos da aquisição, processamento e uso da linguagem, relação pensamento/linguagem, aprendizagem e aquisição da linguagem. Ou seja, trazem teorias para desenvolver o conhecimento do aluno sobre vários aspectos implicados na língua/linguagem.

Já as disciplinas de Prática de Linguagem I e II são, exclusivamente, práticas. Nelas, o aluno irá desenvolver as habilidades de leitura, compreensão, escrita e reescrita de diferentes gêneros discursivos. As demais disciplinas, das áreas analisadas, que compõem o currículo obrigatório do curso de Letras são de natureza prática e teórica. Presume-se que, quando as disciplinas têm esse caráter (natureza teórica e prática), deveriam ser trabalhadas as duas ao mesmo tempo de forma articulada para que, quando o aluno chegue ao estágio, já se sinta mais preparado para a atividade da docência através das práticas que desenvolveu ao longo do curso.

Na área de língua portuguesa/linguística, as disciplinas de morfossintaxe (I, II e III) trabalham conceitos e aplicações da morfologia/sintaxe trazendo também a estrutura, formação e classificação das palavras e orações, fazendo com que o aluno aproprie-se das teorias e métodos para trabalhar com essas disciplinas. Como experiência, tais disciplinas ajudaram um pouco no estágio, pelo fato de trabalharem a estrutura da língua fazendo com que eu tivesse mais facilidade ao expor os conceitos em sala de aula, por exemplo: períodos simples e compostos das orações, questões de concordância nominal e verbal, entre outros.

Duas disciplinas muito importantes do curso, que são pré-requisito para o estágio III, são as de Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Portuguesa I e II. A proposta dessas disciplinas é a de trabalhar a linguística direcionada ao ensino em sala de aula. A ementa da primeira diz: “Introdução à história e aos fundamentos da linguística aplicada. As relações que se estabelecem entre as teorias e as práticas de ensino da língua portuguesa, refletindo sobre o papel do professor nesse entremeio e suas possibilidades de trabalho.” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, 2017, p. 52). E a LA II diz: “Reflexão crítica sobre as metodologias de ensino do Português. Análise de material didático circulante no país e desenvolvimento de práticas inovadoras para o ensino da língua no nível fundamental e médio.” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, 2017, p. 59).

Essas disciplinas foram bem importantes para o estágio III, pois ao longo delas, foram vistos através das teorias, processos de ensino/aprendizagem de língua portuguesa, discussões sobre o papel do professor, bem como foi trabalhada a construção de um plano de aula, um dos principais objetos de estágio. No entanto, em relação à prática, essa não foi, sob o meu ponto de vista, explorada. O que se trabalhava em aula era a leitura de textos sobre o ensino da língua portuguesa, em que deveríamos fazer fichamentos, resumos, resenhas, analisando aquele conteúdo da leitura e fazer análises. Como citado acima, a prática, desenvolvida ao longo da disciplina de LAII, foi apenas a elaboração de um plano de aula (fictício), para que pudéssemos ter uma noção de como isso era feito. Não havendo a aplicação desse plano num contexto real de sala de aula, por exemplo, entendo que tive uma maior dificuldade no desenvolvimento do estágio.

### 2.1.3 Área pedagógica

Quadro 6 – Disciplinas com carga horária total de 60 horas e 04 créditos

<b>ESTUDOS FILOSÓFICOS EM EDUCAÇÃO</b>	
Natureza da CH	Teórica (3cr) Prática (1cr)
Ementa: Estudo da educação através do processo de aprendizagem por sua análise conceitual, características e fatores intervenientes. Análise de diferentes abordagens teóricas desenvolvidas no século XX do processo de aprendizagem e suas perspectivas de aplicação em sala de aula, dos fatores intrapessoais e interpessoais no processo de aprendizagem de ensino.	
<b>PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO</b>	
Natureza da CH	Teórica (3cr) Prática (1cr)
Ementa: Estudo da educação através do processo de aprendizagem por sua análise conceitual, características e fatores intervenientes. Análise de diferentes abordagens teóricas	
<b>PESQUISA EM EDUCAÇÃO</b>	
Natureza da CH	Teórica (3cr) Prática (1cr)
Ementa: Introdução às questões epistemológicas da produção científica. Especificidades do texto acadêmico-científico, resenha, ensaio, artigo e monografia. Iniciação do aluno no campo da pesquisa e na elaboração de projetos. Os diversos olhares na pesquisa em línguas e literatura. Problematizarão dos temas com os quais os pesquisadores confrontam-se no campo educacional.	
<b>POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO</b>	
Natureza da CH	Teórica (3cr) Prática (1cr)
Ementa: Estudo das principais políticas públicas educacionais da contemporaneidade. Compreensão da atual conjuntura da organização do trabalho, da organização social,	

política econômica e seus vínculos com as propostas na área educacional.
--

Fonte: Universidade Federal do Pampa (2017)

Quadro 7 – Disciplina com carga horária total de 90 horas e 06 créditos

<b>ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO</b>	
Natureza da CH	Teórica (3cr) Prática (3cr)
Ementa: Discute e analisa as concepções de planejamento e avaliação da prática pedagógica, sua relação com os níveis e conteúdos de ensino e a articulação com o Projeto Político Pedagógico, a organização administrativa e pedagógica da escola básica e do currículo como artefato social, cultural e histórico, na perspectiva da inclusão.	

Fonte: Universidade Federal do Pampa (2017)

No campo pedagógico, todas as disciplinas são de natureza prática e teórica. Essas disciplinas são muito importantes para os estágios, pois dão base para o processo de educação estando direcionadas para o espaço escolar. Portanto, deveriam ser as disciplinas que melhor trabalhassem teoria e prática de fato, indissociável, visto que são disciplinas pré-requisitos para o estágio III. Algumas até apresentam a prática de fato como, por exemplo, a disciplina Orientação ao Trabalho Pedagógico que teve como atividade, na turma que cursei, uma visita em uma escola para observação e coleta de dados. Experiência essa que foi o primeiro contato que tive com uma sala de aula. Mas não é o que ocorre com as demais disciplinas. A teoria é trabalhada sobre determinado assunto, mas não há o ensino do como o aluno deverá utilizar essa teoria em sala de aula ou mesmo a realização de alguma prática voltada para esse contexto. Ter um embasamento teórico é fundamental, mas é preciso que as disciplinas ofereçam também um ensino voltado para a prática que se dará na escola; trabalhar sempre pensando no futuro daquele aluno como professor.

## 2.2 ALGUMAS ANÁLISES

Foi possível identificar, tendo como base a relação das disciplinas ofertadas no curso de Letras, destacando apenas as das áreas de português, literaturas e área pedagógica, que a grande maioria possui natureza teórica.

Tendo disciplinas de natureza puramente teórica ou prática e algumas que contemplam ambas, identificamos que são oferecidos 34 créditos ao total para as práticas e 67 créditos ao total para as teóricas. Levando em consideração a carga horária, são destinadas 990 horas para as disciplinas teóricas e 540 para as disciplinas práticas.

O que se percebe é uma diferença bem significativa entre as horas que são destinadas à parte teórica e as que são destinadas à prática. Além disso, por mais que no currículo constem

horas destinadas às atividades de natureza prática, indagamos se o curso trabalha a relação necessária teoria x prática ao longo da formação de maneira eficaz. De acordo com as ementas das disciplinas é possível identificar que o curso dá mais ênfase às questões teóricas do que práticas.

Além das disciplinas obrigatórias, disciplinas complementares (eletivas) e das atividades complementares (ACGs), o curso oferece programas e projetos de ensino, extensão e pesquisa, como o PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência), que capacita os estudantes para atuação na educação básica e o PET (Programa de Educação Tutorial), que é um programa de qualificação da formação acadêmica. É válido destacar a relevância desses programas e projetos de extensão, pesquisa e ensino para a formação mais qualificada do estudante. Porém, são ações ofertadas em horário contrário ao do curso, impossibilitando que todos participem como, por exemplo, alunos que moram em outras cidades ou aqueles que trabalham durante o dia. Claro que quem tem a oportunidade de participar desses projetos consegue, ao longo do curso, ter uma experiência, adquirir conhecimento prévio sobre aquilo que irá encarar em seu estágio de docência e na futura profissão, por isso a importância de pensá-los por dentro do currículo obrigatório e não de forma extracurricular.

Relativamente ao estágio I e III, temos uma carga horária totalmente prática. No estágio I, a proposta é a de observar as práticas de sala de aula para refletir sobre o espaço escolar, os alunos e suas aprendizagens, seus hábitos, os métodos de ensino da língua portuguesa/literatura, preparando os discentes para atuarem no estágio III, momento de aplicar os conhecimentos apreendidos nas áreas de língua e de literatura.

Para ingressar nas atividades de estágio supervisionado o discente deverá estar cursando a segunda metade do curso e ter concluído as disciplinas pré-requisitos que, no caso dos estágios I e II, são as seguintes: Estágio I: Teorias Linguísticas II, Teoria da Literatura II e OTP e Estágio III: Fonética e Fonologia, Morfossintaxe II, Linguística Aplicada ao Ensino do Português II; além do estágio I ser pré-requisito para o estágio III. Além disso, segundo o PPC e de acordo com as leis vigentes, o estágio é obrigatório, devendo ser cumprida uma carga mínima de 400 horas. O objetivo é de complementar a futura prática profissional do aluno fazendo com que ele consiga articular sua formação prévia com o cotidiano de sua profissão.

O PPC também traz os objetivos específicos do estágio supervisionado, que são:

oportunizar estágio em unidades escolares do sistema de ensino através da coleta de dados sobre práticas docentes e administrativas e vivenciar a rotina do trabalho escolar durante um período contínuo; criar espaço de inserção do estagiário na

atividade profissional, a partir da segunda metade do curso, permitindo a vivência da dinâmica escolar e da docência compartilhada, sob a supervisão da instituição formadora e da instituição concedente de estágio; oportunizar espaços de socialização das observações e das práticas vivenciadas ao longo dos estágios; produzir relatórios a partir das práticas desenvolvidas no campo de estágio sob a orientação da instituição formadora. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, 2017, p. 80).

A partir desses objetivos percebemos a relevância dos estágios para a formação profissional, visto inserir o discente no contexto da sua futura atuação e oportunizar a reflexão sobre tudo que envolve o ser professor e a instituição escolar. Contudo, Pimenta e Lima (2009) alertam que um curso de formação para professores deve dar condições suficientes, através do seu currículo, de inserir o aluno na prática desde o início do curso. Essa ideia hoje já é uma realidade, pois a Resolução nº 2, de 2015 prevê, em suas diretrizes de organização curricular, a obrigatoriedade do cumprimento de 400 horas de práticas como componentes curriculares, as quais objetivam garantir atividades voltadas para a atuação do discente no seu futuro campo de trabalho como professor.



### **3 ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM LÍNGUA PORTUGUESA/LITERATURA: RELATO E REFLEXÕES ACERCA DO SEU DESENVOLVIMENTO.**

Essa é uma pesquisa qualitativa, (auto) biográfica de cunho reflexivo. Esse método de pesquisa, segundo Nóvoa (1992), tem uma característica marcada pela experiência social e pessoal, fazendo com que o indivíduo reflita sobre si, como profissional e como pessoa. Como fonte de dados, trago o relato de minha experiência no estágio supervisionado III, de docência em Língua Portuguesa e Literatura, do curso de Letras Português e Espanhol e suas respectivas literaturas, da Universidade Federal do Pampa – Campus Jaguarão, realizado no semestre 2/2018, na Escola Joaquim Caetano da Silva, em uma turma de 9º ano. Concomitante ao relato, busco refletir sobre minhas dificuldades, no tocante a articulação das teorias aprendidas ao longo do curso e a prática no estágio, e em que medida o curso contribuiu para sentir-me preparada para esse momento de dar aulas na escola, campo de trabalho do professor.

Minha experiência no estágio teve início com a observação da turma durante uma semana; período em que pude conhecer os alunos e acompanhar a dinâmica de trabalho da professora titular e da escola - local em que já havia realizado o estágio I, portanto, sabia um pouco da forma como a escola trabalhava. Durante as observações, a professora titular se dirigia a mim sempre como professora e dessa forma apresentou-me aos alunos. Isso já me deixou mais tranquila, o fato de estar ali sendo reconhecida como professora. Passada a semana de observações, tive um intervalo de uma semana para organizar o plano de ensino e apresentar à orientadora da universidade, bem como à professora titular e à escola. Dando início, então, na sequência, a prática de 35 horas/aulas, em que me coloco como docente diante dos alunos do 9º ano.

Os planos de aula foram planejados semanalmente e junto da minha orientadora, de acordo com o que debatíamos sobre a melhor maneira de trazer novas didáticas para sala de aula. Além disso, esses planos contemplaram os conteúdos solicitados pela escola.

Ao iniciar o estágio achei que seria mais complicado, visto que a professora titular tinha um jeito mais duro com os alunos e eles se mostraram um tanto desconfiados comigo, o que me fez pensar que não conseguiria controlá-los. Mas consegui me adaptar a eles, passando confiança e fazendo com que me vissem não só como professora, mas também como alguém que estava ali para ensiná-los e ajudá-los nas dificuldades que viessem a ter com os conteúdos e disposta a conversar/dialogar.

Porém, por mais que a turma fosse tranquila e que eu estivesse sendo orientada, confesso que não foi fácil. Algumas vezes me perguntava “como vou fazer isso?”, “como vou passar para os alunos o conhecimento adquirido ao longo da formação de maneira que eles compreendam?”. Essas eram questões presentes na minha mente!

Por mais que um curso de formação em licenciatura procure preparar o discente para o momento do estágio de docência, ao ofertar o estágio de observação, por exemplo, bem como no desenvolvimento das disciplinas, os estudantes que não tiveram contato prévio com uma sala de aula, no papel de professor, se deparam com medos e dúvidas. O que foi meu caso pois, por não ter experiência de sala de aula, entrei nesse momento da vida acadêmica – o estágio de docência, sentindo-me um tanto insegura pelo fato de não ter tido um preparo suficiente, no decorrer da formação, para essa atividade prática.

A maneira com que a professora titular dava suas aulas e o que eu havia planejado era bem diferente, visto que minha intenção era tentar levar para os alunos conteúdos que os fizessem pensar a partir de textos, ao invés de trabalhar conteúdos gramaticais de forma descontextualizada. Durante o processo de formação, nos é orientado que devemos procurar trabalhar de forma mais dinâmica com os alunos e, por exigência da escola, foi preciso adaptar minhas propostas para inserir os conteúdos obrigatórios do currículo. Para isso, busquei utilizar melhor o tempo, levando atividades atrativas para que os alunos pudessem entender os conteúdos sem serem cansativos. Porém, isso me deixou receosa por pensar em não ter conseguido cumprir com meu objetivo de apresentar aos alunos aulas diferenciadas, metodologias atrativas, atividades que fugissem do cotidiano que eles estavam acostumados. Apenas consegui desenvolver, de fato, duas atividades dinâmicas (um jogo online sobre orações subordinadas e uma atividade com música para trabalhar figuras de linguagem). Ainda que quisesse levar atividades mais elaboradas para os alunos, acabei tendo de ceder às orientações dadas pela escola e pela professora titular, ou seja, de que o conteúdo deveria ser priorizado e o cronograma deveria ser cumprido, resultando em aulas mais tradicionais.

O modo tradicional de ensino tem relação com o modelo de estágio como instrumentalização técnica, trazido por Pimenta e Lima (2009). Nesse modelo, o estágio é uma prática utilizada pelo professor para desenvolver um saber técnico; para transmitir a teoria ao aluno, ou seja, o professor é visto como um técnico que deve cumprir aquilo que está previsto num determinado currículo, e não cabe a ele criar, construir, pesquisar, só transmitir algo que já está posto e dado. E percebo que assim me senti, uma transmissora de um saber técnico aprendido na universidade.

Por conta da pressão de cumprir com o cronograma e com os conteúdos e também por alguns imprevistos que ocorreram no decorrer do meu estágio, como o fato das aulas serem algumas vezes adiadas pela escola, fazendo com que os conteúdos fossem ficando atrasados, ou quando cheguei na escola para dar aula e haviam antecipado os períodos sem me comunicar, não consegui colocar em prática minha proposta de trabalho de forma eficaz.

Conclui que a escola leva em conta mais o ensino da gramática que a aprendizagem da língua em todas as suas modalidades, ou seja, ainda é preocupação da escola trabalhar a língua enquanto estrutura e os aspectos gramaticais têm mais importância que ler, compreender e escrever textos, por exemplo. Segundo a autora Irlandé Antunes, “[...] é preciso reprogramar a mente de professores, pais e alunos em geral, para enxergarem na língua muito mais elementos do que simplesmente erros e acertos de gramática e de sua terminologia” (ANTUNES, 2007, p. 23), visto que o ensino da língua, nos tempos atuais, deve ser muito mais baseado no uso que a sociedade faz dela e as suas variações, do que num ensino preocupado, demasiadamente, com a forma “correta” dita padrão/culta da língua. E o papel do professor de português é fundamental nessa geração de novas ideias sobre o ensino de língua, mas para isso ele precisa ter uma formação sólida que o proporcione identificar quando sua aula tem que se basear no método tradicional e quando é preciso inovar, mudar a forma de o aluno aprender determinado conteúdo.

Um ponto forte que destaco em meu estágio de docência foi o fato de ter buscado fugir do método tradicional de ensino da língua. Lancei uma proposta de leitura semanal com os alunos, no início de cada aula. Tal atividade já era feita pela professora titular, porém com o intuito de despertar apenas o interesse dos alunos pela leitura, mas não havia uma proposta de trabalho, de fato. Os alunos liam algum livro literário (de contos, romance, HQs) por um tempo da aula e depois os guardavam, e a professora continuava sua aula normalmente. Aproveitei-me dessa situação para seguir trabalhando com as leituras, mas de maneira que elas passassem a ter algum sentido e não apenas a leitura por si só. Três dias na semana os alunos começavam as aulas lendo seus livros de literatura. O objetivo era que eles lessem as obras escolhidas inteiras até o final do semestre, para que pudéssemos realizar duas atividades: uma roda de conversa para que discutíssemos sobre as histórias e os demais colegas conhecessem o que cada um estava lendo e, por fim, um resumo escrito da obra lida. O gênero resumo foi trabalhado com o objetivo de fazer com que os alunos se apropriassem da escrita do gênero e não simplesmente para que escrevessem sobre o livro lido.

Apesar de propor essa atividade aos alunos, tive dificuldades em melhor trabalhar os textos dos livros, pelo fato de não ter uma noção apropriada de como explorar a leitura

literária em sala de aula, já que o curso de Letras não trabalha em suas disciplinas o ensino da literatura com o propósito de que o futuro docente saiba quais métodos utilizar para desenvolver um trabalho mais produtivo com os alunos.

O fato de a professora titular não exigir um retorno ou explorar as leituras na sala de aula gerou, no início de minha atividade com os livros, uma resistência por parte dos alunos. Por conta disso, foi preciso lançar mão de cobrança. Para cobrá-los foi preciso, antes, incentivá-los à leitura. Segundo a Base Nacional Comum Curricular (2017), o aluno tem que ser estimulado e envolvido pela leitura de obras literárias e por outras produções culturais. Dessa forma, busquei aproveitar o trabalho com leitura e produção escrita de forma com que os alunos tivessem objetivos a desenvolver que, no caso era, a socialização das histórias e a produção escrita do resumo.

A escrita é uma ação que, ao ser trabalhada, proporciona desenvolvimento técnico e humano do aluno, a possibilidade de propor e registrar ideias, bem como proporciona uma satisfação intelectual. Isso se ele estiver escrevendo por gosto e vontade, sabendo que sua escrita tem uma finalidade. Cabe ao professor organizar esse processo de aprendizagem da escrita, utilizando os conhecimentos adquiridos na sua formação.

Segundo Ferrarezi Jr. e Carvalho (2015, p. 39), “o professor mesmo nas séries mais avançadas deve dar-se ao trabalho de preparar os passos da escrita com seus alunos de forma a propiciar a melhor utilização possível das técnicas existentes”. Ou seja, o professor independente da turma, deve em conjunto com os alunos elaborar estratégias de escrita, considerando que cada turma é única e cada aluno irá produzir a sua escrita diferentemente. E no decorrer de minhas aulas busquei orientá-los nesse sentido, de forma que pudessem se sentir livres, mas ao mesmo tempo orientados para as suas produções.

Uma questão importante quando se fala em escrita na sala de aula é o papel do professor em mostrar ao seu aluno os passos para conseguir alcançar o objetivo da escrita, que é a elaboração de um texto. A autora Luiza Alvares Pereira (2001) apresenta três formações necessárias para que o professor seja capaz de elaborar estratégias capacitantes para o ensino da escrita em sala de aula, a saber:

A primeira se refere à formação em alguma área de capacitação, visto que, um professor desenvolve melhor suas atividades quando é capaz e conhece aquilo que está fazendo. Tendo uma formação, o professor estará capacitado (ou deveria) para aplicar teorias e solucionar problemas e dúvidas que possam surgir ao longo do desenvolvimento da escrita dos alunos.

A segunda é uma formação para uma mediação didática e pedagógica, apresentando não maneiras concretas de se ensinar a escrita, mas possibilitando ao aluno ter um leque de informações e textos para desenvolver sua escrita. Isso quer dizer que o professor deverá intervir na maneira como será elaborada a escrita, mostrar exemplos e inserindo conceitos.

E a terceira, é a formação pela escrita, em que próprio professor também deve ser um escrevente, conhecendo qualquer produção a fim de repassar informações aos alunos. Cabe ao professor ser o guia que irá conduzir o trabalho que deve ser feito.

Portanto, é fundamental que o professor leve para sala de aula conhecimentos nessas três formações, as quais possibilitem que ele trabalhe de maneira significativa a escrita em sala de aula. Destaco que não me senti preparada o suficiente para lidar com os textos dos alunos, ou seja, hoje percebo que poderia ter explorado muitas coisas para desenvolver as suas aprendizagens a partir dos textos que eles produziram.

Outra dificuldade foi sobre o ato de ensinar. Tive um receio muito grande por não saber como agir diante deles, como explicar os conteúdos para que eles entendessem de forma clara. Ainda que eu soubesse o conteúdo que estava sendo trabalhado, havia um bloqueio me impedindo de agir. Eu explicava os conteúdos, os exercícios, mas sentia como se não fosse o suficiente, ficava tão preocupada em fazê-los entender que, por vezes, achava que estava errando mesmo que estivesse certa.

Ao final do estágio, pedi que os alunos respondessem a um questionário que fazia uma avaliação da minha atuação como professora. Alguns foram queridos, apenas elogiando, outros críticos e, claro que foram críticas bem vindas, no sentido de provocar em mim reflexões sobre o ato de ensinar. Entre as críticas, destaco as que foram em relação às explicações; os alunos relataram que eu era boa, mas faltava um pouco mais de confiança nas explicações e que poderia ter explicado melhor os conteúdos. Na verdade, disseram que faltava uma metodologia melhor para as explicações e também que poderia ter levado mais atividades dinâmicas para sala de aula, pois esperavam mais por isso. Confesso que essas avaliações me deixaram um pouco frustrada em relação ao meu estágio.

Ao longo da formação vemos teorias que dizem como ensinar os conteúdos, como agir numa sala de aula, mas não vivenciamos a prática, de fato, o que provoca grande impacto e preocupação quando entramos no estágio. Eu mesma, quando fui colocada como sujeito da ação de ensinar e passei a ser a professora, fiquei muito preocupada com o que iria enfrentar. Isso se deu, acredito, pelo fato de que não houve uma formação acadêmica no curso de Letras que oportunizasse atividades práticas em contextos reais de sala de aula, embora as disciplinas anunciem uma carga horária com horas práticas. A prática, a ação em sala de aula, de

conhecer a realidade não é oportunizada no curso. A respeito disso, Tardif (2011) fala sobre a concepção tradicional da relação entre teoria e prática. Segundo essa concepção:

[...] o saber está somente do lado da teoria, ao passo que a prática ou é desprovida de saber ou portadora de um falso saber baseado, por exemplo, em crenças ideológicas, ideias pré-concebidas, etc. Além disso, ainda segundo essa concepção tradicional, o saber é produzido fora da prática e sua relação para com ela, por conseguinte, só pode ser uma relação de aplicação. É exatamente esta concepção tradicional que dominou e domina ainda, de maneira geral, todas as visões da formação dos professores tanto nas universidades do hemisfério norte quanto do hemisfério sul: os professores são vistos como aplicadores dos conhecimentos produzidos pela universidade [...] (TARDIF, 2011, p. 235).

Apesar das dificuldades enfrentadas ao longo do estágio de docência de língua portuguesa, considero que tenha sido uma experiência marcante na vida acadêmica e de bastante relevância. A experiência com a turma foi muito válida e me fez pensar sobre o meu futuro como professora. Ao iniciar minha graduação tinha receio do momento em que teria que colocar os pés em uma sala de aula. Pensava nas dificuldades, sobre o que era estar em uma sala de aula com vários alunos e ter a responsabilidade de ensiná-los. O tempo em que estive estagiando foi possível ter uma noção de como é estar em uma sala de aula sendo professora e conhecendo a relação aluno e professor, fazendo-me refletir que o receio talvez fosse pelo medo do desconhecido, o medo por não saber como ensinar e se eu conseguiria cumprir os objetivos do estágio.

Ao longo de um curso de licenciatura, o discente tem que ter uma boa formação para conseguir aplicar as teorias relativas aos componentes que irá trabalhar. Apesar de ter tido disciplinas práticas ao longo do curso, a forma com que foram trabalhadas, não oportunizando experiências de sala de aula, e somado ao fato de que nunca tive a experiência prévia como professora ou a oportunidade de participar de projetos extracurriculares voltados para a docência, fez com que eu tivesse um pouco mais de dificuldades para ensinar e lidar com os alunos no estágio.

Apesar disso, como já explicitiei, essa foi uma experiência positiva, mas acredito que poderia ter sido melhor desenvolvida se eu tivesse conseguido articular de maneira mais eficiente as teorias trabalhadas ao longo da formação com o momento da prática no estágio. Se tivesse tido mais oportunidades de adquirir conhecimentos práticos e colocar em prática a teoria aprendida enquanto percorria o curso e não somente na hora do estágio, conheceria melhor a realidade de ser professora e não teria entrado numa sala de aula com receio de não conseguir realizar aquilo que estava previsto para ensinar aos alunos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve por objetivo analisar a relação da prática de estágio supervisionado em língua portuguesa/literatura (Estágio supervisionado III) com a formação do curso de Letras da UNIPAMPA, campus Jaguarão. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa/reflexiva, na qual faço um relato de minha experiência no estágio e reflito sobre as condições de ensino/aprendizagem, considerando carga horária teórica e prática, que disciplinas específicas, pré-requisitos para o estágio III, desenvolveram ao longo do curso.

O estágio foi instituído nos cursos de licenciatura para que o aluno, em formação, pudesse ter uma experiência de seu futuro como docente, através de uma prática supervisionada e avaliada, aplicando os saberes adquiridos ao longo do curso. Já as autoras Pimenta e Lima (2009), afirmam que o estágio deve fundamentar-se na articulação da teoria com a prática, ou seja, é preciso que ambos os campos sejam indissociáveis, e não uma teoria a ser simplesmente aplicada, o que propunha o método tradicional aplicacionista, mencionado por Tardif (2011).

Considerando, portanto, a prática de estágio como uma atividade que suscita o conhecimento da teoria para com ela dialogar, é necessário que os cursos de licenciatura e, no caso o curso de Letras, ofereçam ao estudante horas práticas, de fato, que insiram o discente na sala de aula ao longo da formação, e não se basear apenas em teorias que ensinam conceitos e metodologias a serem aplicadas. O aluno tem que desenvolver a capacidade de refletir sobre a relação da teoria com a prática e para isso é fundamental exercitar essa relação no ambiente escolar, seu futuro campo de trabalho.

A articulação entre teoria e prática exige um caminho formativo e este caminho não foi trabalhado de maneira suficiente no curso de Letras, sob meu ponto de vista, pois, embora as disciplinas analisadas anunciem carga horária teórica e prática não é isso o que ocorre efetivamente. Por conta disso, avalio que encontrei grande dificuldade em articular teoria à prática quando realizei meu estágio. Seria importante que o curso oferecesse horas práticas desde o início, o que traria mais segurança no momento do estágio de docência.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, I. **Muito além da gramática**: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – BNCC 3ª versão. Brasília, DF, 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf) Acesso em: 06 nov. 2019.

BRASIL. **Lei n. 6.494, de 7 de dezembro de 1977**. Dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimento de ensino superior e ensino profissionalizante do 2º Grau e Supletivo e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, [1977]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L6494.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6494.htm) Acesso em: 06 nov. 2019.

BRASIL. **Lei n. 8.859, de 23 de março de 1994**. Modifica dispositivos da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, estendendo aos alunos de ensino especial o direito à participação em atividades de estágio. Brasília: Casa Civil, [1994]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8859.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8859.htm) Acesso em: 06 nov. 2019.

BRASIL. **Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994; e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, [2008]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/11788.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11788.htm) Acesso em: 06 nov. 2019.

BRASIL. Portaria n. 1.002, de 29 de setembro de 1967. Institui nas empresas a categoria de estagiário e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, n. 190, p. 10161. 06 out. 1967. Disponível em: [http://www.lex.com.br/doc\\_3416594\\_portaria\\_n\\_1002\\_de](http://www.lex.com.br/doc_3416594_portaria_n_1002_de) Acesso em: 06 nov. 2019.

BRASIL. Decreto nº 87.497, de 18 de agosto de 1982. Regulamenta a Lei nº 6494, de 07 de dezembro de 1977, que dispõe sobre o estágio de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de 2º grau regular e supletivo, nos limites que especifica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, p. 15412. 19 ago. 1982. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-87497-18-agosto-1982-437538-publicacaooriginal-1-pe.html> 06 nov. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução nº 2/2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, DF: CNE, 2015. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=17719-res-cne-cp-002-03072015&category\\_slug=julho-2015-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17719-res-cne-cp-002-03072015&category_slug=julho-2015-pdf&Itemid=30192) Acesso em: 06 nov. 2019.

FERRAREZI JR, C; CARVALHO, R. **Produzir textos na educação básica**. São Paulo: Parábola, 2015.



NÓVOA, A. Histórias de vida: perspectivas metodológicas. In: \_\_\_\_\_ (org.). **Vidas de professores**. Editora Porto, 1992, p. 18-27.

PEREIRA, L. A. A formação de Professores para o ensino da escrita. In: SIM-SIM, I. (org.). A formação para o Ensino da Língua Portuguesa na Educação Pré-Escolar e no 1º Ciclo do Ensino Básico. **Cadernos de Formação de Professores**. n.º 2, p. 35-49.

PIMENTA, S. G; LIMA, M. S. L. **Estágio e docência**. São Paulo/BRA: Cortez, 2009.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2011.

TEORIA, In: MICHAELIS: moderno dicionário da Língua Portuguesa. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras Português/Espanhol e Suas Respectivas Literaturas**. Jaguarão: UNIPAMPA, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v43n1/1517-9702-ep-S1517-9702201605145723.pdf> Acesso em: 06 nov. 2019.